

PROCESSO Nº

-084/16-

REG. PROC. Nº

-06-

FOLHA Nº

-20-

**CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE LEME**

Estado de São Paulo

**AUTOS DE**

Projeto de Lei nº 46/16

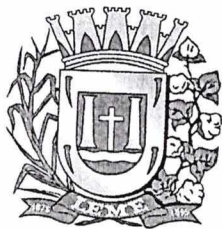
Autoriza o Poder Executivo a abrir Crédito Adicional Especial  
e dá outras providências.

Autor: de Executivo.**AUTUAÇÃO**

Aos 4 (quatro) dias do mês de agosto de 2016.  
autuo o ofício nº 522/16 em frente.

Eu, \_\_\_\_\_, subscrevi

A.L. 33/16



# Prefeitura do Município de Leme

Estado de São Paulo

**URGENTE**

C.M. LEME	
Dr. 84116	Fis. 02
<i>m</i>	

Ofício nº 522/16 - GP

Leme, 03 de agosto de 2016.

CÂMARA MUNICIPAL DE LEME		
Prot. N. 1926	L. N.º 36	Fis. 58
Recebido em 04/08/2016		
<i>[Signature]</i>		
FUNCIONÁRIO		

Excelentíssimo Senhor,

Através do presente encaminho a essa Colenda Casa para apreciação o Projeto de Lei Ordinária que:

- *"Autoriza o Poder Executivo abrir crédito adicional especial e dá outras providências"*

Ademais, com fundamentação nos artigos 190, I, 191, 192 e incisos e 193 parágrafo único, do Regimento Interno da Câmara dos Vereadores de Leme, requero a tramitação sob regime de **URGÊNCIA ESPECIAL**.

Por fim, aproveito a oportunidade para externar a Vossa Excelência e nobres pares, meus votos de elevada estima e distinta consideração.

Atenciosamente,

*[Signature]*  
PAULO ROBERTO BLASCKE  
Prefeito Municipal

Ao

Excelentíssimo Senhor

Gilson Henrique Lani

Presidente da Câmara dos Vereadores do Município de Leme/SP.

Nesta

# REGISTRO

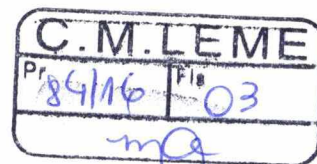
Registrado sob o nº de ordem 084116  
ils 20, do Registro de Processo nº 06  
Leme, 09 de agosto de 20 16  
-uncionário [assinatura]

EMBU DO PARANÁ - PARANÁ  
[illegible text]



**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LEME**  
**ESTADO DE SÃO PAULO**  
SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS

**PROJETO DE LEI Nº 46 /2016**



**“Autoriza o Poder Executivo a abrir crédito adicional especial e dá outras providências”**

Paulo Roberto Blascke, Prefeito do Município de Leme, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, FAZ SABER que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

**Artigo 1º** - Fica o Poder Executivo autorizado a abrir crédito adicional especial no valor de R\$ 75.000,00 (setenta e cinco mil reais), nas seguintes dotações orçamentárias:

UG	Fonte de Recurso	Código de Aplicação	Funcional Programática	Código Reduzido	Valor
0	1	100.0052	02.10.01-264510002.2.160000-3.3.90.30	6214	R\$ 34.000,00
0	1	100.0052	02.10.01-264510002.2.160000-3.3.90.36	6215	R\$ 1.000,00
0	1	100.0052	02.10.01-264510002.2.160000-3.3.90.39	6216	R\$ 30.000,00
0	1	100.0052	02.10.01-264510002.2.160000-4.4.90.52	6217	R\$ 10.000,00
Total Art. 43, § 1º, II - L.4.320/64					R\$ 75.000,00
<b>TOTAL</b>					<b>R\$ 75.000,00</b>

§ 1º - O crédito aberto no Artigo 1º, no valor de R\$ 75.000,00 (setenta e cinco mil reais), correrá por conta de **excesso de arrecadação**, conforme previsto no Artigo 43, § 1º, II, da Lei Federal nº 4.320/64.

**Artigo 2º** – As alterações serão consideradas nos anexos do Plano Plurianual 2014/2017, Lei de Diretrizes Orçamentárias e na Lei Orçamentária de 2016.

**Artigo 3º** - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Leme, 04 de Agosto de 2016.

  
**PAULO ROBERTO BLASCKE**  
Prefeito do Município de Leme



**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LEME**  
**ESTADO DE SÃO PAULO**  
SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS

C. M. LEME	
Pr 84/16	Fir 04
mg	

**JUSTIFICATIVA**

Considerando Inquérito Civil Público nº 14.0320.0000002/2016-1 para apuração de irregularidades na exploração econômica de bem público consistente na Rodoviária Municipal José Antunes Filho;

Considerando recomendação do Ministério Público do Estado de São Paulo de Maio/2016, para assunção da administração da Rodoviária, para regularização da prestação de serviços e operações;

Considerando Decreto nº 6.712 de 12/05/2016, publicado na Imprensa Oficial nº 2.388 de 14/05/2016, que designa a Secretaria de Transportes e Viação como responsável pela administração do Terminal Rodoviário;

Considerando que a manutenção do Terminal Rodoviário será realizada com os valores recolhidos das taxas de embarque, conforme informado pela Secretaria responsável;

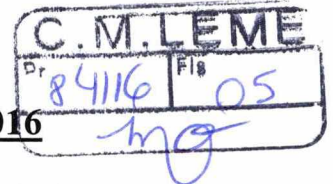
Considerando que essa situação não foi prevista na elaboração do Orçamento para o exercício de 2016;

Venho mui respeitosamente, propor este Projeto de Lei, para adequação das peças de planejamento orçamentário do município, visto que as alterações propostas visam mais benefícios e um melhor atendimento para a população.

**PAULO ROBERTO BLASCCKE**  
**Prefeito do Município de Leme**



**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LEME**  
**ESTADO DE SÃO PAULO**  
SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS



**Informação de Impacto Orçamentário nº 25/2016**

**Atendimento aos artigos 15, 16 e 17 da Lei Complementar nº 101/2000**

**Lei de Responsabilidade Fiscal**

**FINALIDADE: “DISPÕE SOBRE AS ALTERAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS PROPOSTAS EM PROJETO DE LEI NA SECRETARIA DE TRANSPORTES E VIAÇÃO”**

Declaro que as despesas a serem criadas para execução dos programas provenientes de Recursos Próprios dispõem de saldos em caixa suficientes para atendimento dos dispêndios, visto que, são recursos vinculados à manutenção do Terminal Rodoviário “José Antunes Filho”, pois os mesmos são provenientes do recolhimento das taxas de embarque, e que por meio de projeto de Lei está incluindo as alterações necessárias nas peças de planejamento PPA – Plano Plurianual, LDO – Lei de Diretrizes Orçamentárias e LOA – Lei Orçamentária Anual.

As dotações orçamentárias a serem criadas estão alocadas na Secretaria de Transportes e Viação.

Segue assim o cálculo do impacto das despesas:

DISPÕE SOBRE CRIAÇÃO DE NOVAS DESPESAS	
<b>Impacto - Secretaria de Transportes e Viação - FR: 01 - Manutenção Terminal Rodoviário</b>	
Previsão Orçamentária Recursos Próprios 2016 (Prefeitura)	R\$ 129.512.300,00
Acréscimos propostos no projeto de lei	R\$ 75.000,00
Impacto sobre as Recursos Próprios 2016 (Prefeitura)	0,058%

**Leme, 04 de Agosto de 2016.**

  
**Bruna Vieira Coelho**

**Chefe do Núcleo de Planejamento e Orçamento**

  
**PAULO ROBERTO BLASCKE**  
**Prefeito do Município de Leme**

A Procuradoria Jurídica  
para parecer em \_\_\_\_\_

  
PRESIDENTE

### JUNTADA

Em 04 de agosto de 2016

Faço juntada a estes autos do parecer  
jurídico

Funcionário mg



**CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE LEME**  
ESTADO DE SÃO PAULO

C. M. LEME	
Or 84116	Fis 06
mg	

**PROJETO DE LEI Nº 46/16**

**EMENTA: "Autoriza o Poder Executivo a abrir crédito adicional especial e dá outras providências".**

**AUTORIA: Prefeito Municipal**

**PARECER**

Senhor Presidente.

A iniciativa legislativa de projetos de lei que versem sobre a abertura de créditos adicionais é exclusiva do Senhor Prefeito Municipal, vez que tal operação implica em alteração da peça orçamentária referente ao exercício financeiro em curso.

Ressalto que o Sr. Prefeito Municipal lança o pedido para que o projeto tenha a sua tramitação sob o Regime da Urgência Especial.

O projeto de lei em exame deve necessariamente ser aprovado por **MAIORIA SIMPLES** dos membros do legislativo, conforme preconiza o **art. 29, da LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE LEME**.

A abertura de crédito adicional especial está prevista na **Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964**, que estatui normas gerais de direito financeiro.

A propósito, reza o **artigo 41, II**, da lei federal:

*Handwritten signature*



**CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE LEME**  
ESTADO DE SÃO PAULO



**“ART. 41. OS CRÉDITOS ADICIONAIS CLASSIFICAM-SE EM:**

(...) II - ESPECIAIS, OS DESTINADOS A DESPESAS PARA AS QUAIS NÃO HAJA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA ESPECÍFICA;”(GRIFOS E DESTAQUES NOSSOS).

O dispositivo legal colacionado confere o necessário suporte para a realização de abertura de créditos adicionais especiais para suprir gastos desprovidos da correspondente dotação orçamentária.

**J. Teixeira Machado Júnior e Heraldo da Costa Reis** comentam sobre os créditos adicionais especiais, senão vejamos:

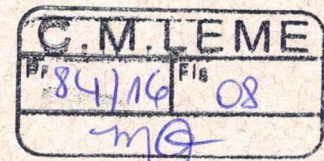
“O CRÉDITO ESPECIAL CRIA NOVO PROGRAMA PARA ATENDER A OBJETIVO NÃO PREVISTO NO ORÇAMENTO. DESTARTE, À MEDIDA QUE MELHORA O PROCESSO DE PLANEJAMENTO E QUE SEUS RESULTADOS SÃO EXPRESSOS EM PROGRAMAS NO ORÇAMENTO, TENDEM A DESAPARECER OS CRÉDITOS ESPECIAIS.”

**ASSIM, TODA VEZ QUE FICAR CONSTATADA A INEXISTÊNCIA OU A INSUFICIÊNCIA ORÇAMENTÁRIA PARA ATENDER A DETERMINADA DESPESA, O EXECUTIVO TERÁ A INICIATIVA DAS LEIS QUE AUTORIZEM OS CRÉDITOS ADICIONAIS, ESPECIAIS E SUPLEMENTARES E, POSTERIORMENTE À SUA APROVAÇÃO PELO LEGISLATIVO, EFETIVARÁ SUA ABERTURA POR DECRETO.” (in “A LEI 4.320 COMENTADA”, 25ª ed., IBAM, 1993, p. 90/91).**

O comentário acima alerta para a necessidade de desenvolver um processo de planejamento eficiente que reduza o elevado número de operações desta natureza.



**CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE LEME**  
ESTADO DE SÃO PAULO



Prosseguindo em nossa análise, segue abaixo dispositivo legal também aplicável ao caso em tela, senão vejamos:

**“ART. 43. A ABERTURA DOS CRÉDITOS SUPLEMENTARES E ESPECIAIS DEPENDE DA EXISTÊNCIA DE RECURSOS DISPONÍVEIS PARA OCORRER À DESPESA E SERÁ PRECEDIDA DE EXPOSIÇÃO JUSTIFICATIVA.” (GRIFOS NOSSOS)**

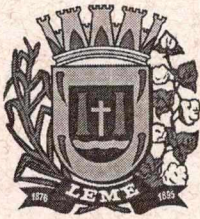
O projeto em comento apontou o excesso de arrecadação como fonte para a abertura do crédito especial, e está devidamente embasado no art. 43, §1º, II da Lei 4.320/64.

No tocante ao processamento dos créditos adicionais, reportamos ao art. 42 do diploma legal federal já citado, que reza:

**“ART. 42. OS CRÉDITOS SUPLEMENTARES E ESPECIAIS SERÃO AUTORIZADOS POR LEI E ABERTOS POR DECRETO EXECUTIVO”.**

Para a consecução da operação em exame, a lei impõe a existência de prévia autorização legislativa e a expedição de decreto emanado do poder executivo.

Cabe, ainda, ressaltar que a lei orçamentária anual poderá conter autorização para a abertura de créditos especiais até determinada importância, conforme prevê o art. 7º, I, da lei 4.320/64, bem como o §8º do art. 165 da Constituição da República.



**CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE LEME**  
ESTADO DE SÃO PAULO



Assim sendo, é imprescindível verificar se já foi atingido o limite estabelecido na peça orçamentária em execução para avaliar a necessidade de submeter tal ato ao crivo da Câmara de Vereadores.

E, por fim, aduzimos que o projeto em exame está em plena consonância com a legislação pertinente à matéria, restando aos nobres edis analisar o mérito da questão, apreciando a operação em comento com as cautelas de praxe.

**CONCLUSÃO:**


**ENTENDEMOS, S.M.J., QUE A PRESENTE PROPOSITURA É LEGAL, ESTANDO, PORTANTO, APTA PARA TRAMITAR REGULARMENTE PERANTE ESTA EGRÉGIA CASA DE LEIS.**

**EM OBSERVÂNCIA AO DISPOSTO NO ART. 80 DO REGIMENTO INTERNO, O PRESENTE PROJETO DEVERÁ SER APRECIADO PELA(S) SEGUINTE(S) COMISSÃO(ÕES) PERMANENTE(S): JUSTIÇA E REDAÇÃO; E, ORÇAMENTO, FINANÇAS E CONTABILIDADE;**

**É O NOSSO PARECER.**

S.M.J. era o que tínhamos a opinar.

Sala da Assessoria Legislativa "Dr. Waldir José Baccarin",  
em 04 de agosto de 2016.

  
**Lisânia Cristina Alves De Carli Azevedo de Góis**  
Procuradora Jurídica

Ao Expediente

15 / 08 / 2016

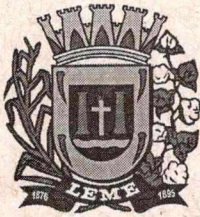
PRESIDENTE

JUNTADA

m. 05 de agosto de 2016

ação juntada a estes autos de requerimento de urgência especial

Funcionário mq



CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE LEME  
ESTADO DE SÃO PAULO



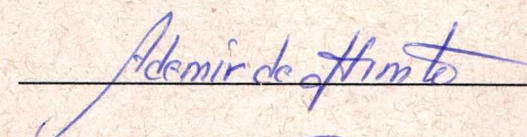

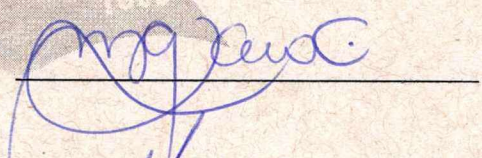
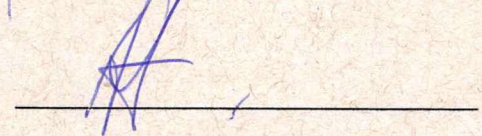
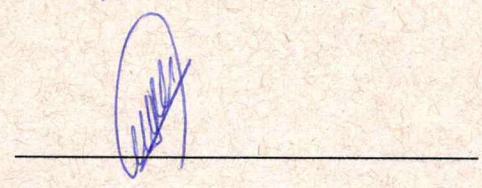
C.M. LEME	
Pr 84/16	Fis 10
mg	

Exmo. Sr. Presidente da Câmara de Vereadores do Município de Leme.

Os vereadores abaixo assinados, com fulcro no art. 192 e seguintes do Regimento Interno, vêm respeitosamente **requerer** a Vossa Excelência, seja o presente pedido, submetido à apreciação do Egrégio Plenário, para o fim de conceder o **REGIME DE URGÊNCIA ESPECIAL** na tramitação do Projeto de Lei Ordinária nº 46/2016, de autoria do Prefeito Municipal, que **"Autoriza o Poder Executivo a abrir crédito adicional especial e dá outras providências"**.

**JUSTIFICATIVA:** A urgência especial pretendida deve-se a necessidade de ajustar a revisão anual das remunerações e aos subsídios dos servidores públicos, de acordo com a inflação, razões pelas quais justifica-se a apreciação do presente projeto sob o Regime de Urgência Especial.

Leme, 05 de agosto de 2016.

  
\_\_\_\_\_  
  
\_\_\_\_\_  
  
\_\_\_\_\_  
  
\_\_\_\_\_  
  
\_\_\_\_\_  
  
\_\_\_\_\_  
  
\_\_\_\_\_

Ao Expediente

15 / 08 / 20 16

PRESIDENTE

A Ordem do Dia

15/08 / 20 16

PRESIDENTE

REQUERIMENTO DE URGÊNCIA ESPECIAL AO PROJETO DE LEI Nº 46/16, aprovado por unanimidade.

Em 15 de agosto de 2016.

GILSON HENRIQUE LANI

Presidente



**CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE LEME**  
ESTADO DE SÃO PAULO

A(s) Comissão(ões) de:

C.J.F. ☒

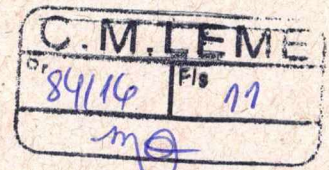
O.F.C. ☒

O.S.P. ☐

S.E.C.L.T. ☐

P.U.O.P.S. ☐

Em 15 / 08 / 16



**VISTA**

Em 15 de agosto de 20 16

Com vista as comissões.

Funcionário mg

**JUNTADA**

Em 15 de agosto de 20 16

foi juntada a estes autos do parecer  
das comissões

Funcionário mg



**CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE LEME**  
ESTADO DE SÃO PAULO

<b>C.M. LEME</b>	
Pr. 84116	Fis. 12
<i>mg</i>	

**PROJETO DE LEI Nº 46/16**

**EMENTA:** "Autoriza o Poder Executivo a abrir crédito adicional especial e dá outras providências".

**AUTORIA:** Prefeito Municipal.

**PARECER CONJUNTO**

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO,**

**COMISSÃO DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E CONTABILIDADE.**

As Comissões de Constituição, Justiça e Redação e Comissão de Orçamento, Finanças e Contabilidade reunidas extraordinariamente na Sala das Comissões "Palmiro Ferreira Vieira", analisando detidamente o presente Projeto de Lei, apresenta o seguinte Relatório, o qual é também nosso voto:

1.) -

Trata-se de Projeto de Lei Ordinária de Autoria do Prefeito Municipal que busca a autorização Legislativa para que o Executivo Municipal possa abrir Crédito Adicional Especial no valor de R\$ 75.000,00 (setenta e cinco mil reais).

2.) -

Tais valores, segundo a justificativa ao projeto aponta um Inquérito Civil Público para a apuração de irregularidades na exploração econômica da Rodoviária Municipal José Antunes Filho e segundo o Decreto nº 6.712 designa a Secretaria de Transportes e Viação como responsável pela administração do Terminal Rodoviário, e sua manutenção será realizada com os valores das taxas de embarque, sendo que esta situação não foi prevista na elaboração do Orçamento para o exercício de 2016.

3.) -

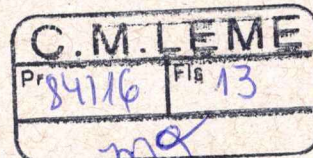
Ressalta-se ainda a disposição no art. 2º do projeto de lei em questão, que as alterações serão consideradas no PPA 2014/2017, LOA de 2016 e LDO.

4.) -

No tocante a Comissão de Constituição Justiça e Redação, estando bem instruído e estando em condições de ser apreciado pelo Plenário desta Casa emite o seu parecer **FAVORÁVEL** à sua tramitação.



**CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE LEME**  
ESTADO DE SÃO PAULO




5.] -


De outro aspecto, o projeto se apresenta de forma interessante, conveniente e necessário segundo a Legislação pertinente à matéria, inclusive sob o aspecto tocante à Lei de Responsabilidade Fiscal, pois que traz a estimativa de impacto orçamentário-financeiro, subscrito pelo Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal e pela Chefe do Núcleo de Planejamento e Orçamento, informando para a execução dos programas as despesas a serem criadas dispõem de saldo suficiente em caixa, de forma que a Comissão de Orçamento, Finanças é de parecer **FAVORÁVEL** ao Projeto, merecendo ser apreciado e aprovado pelo **PLENÁRIO** desta Casa.

Sala das Comissões Palmiro Ferreira Vieira, em 05 de agosto de 2.016.


**Pela Comissão de C.J.R.**


  
Maria Izabel Aparecida Parolim  
Presidente

  
Eduardo Leme da Silva  
Vice-Presidente

  
Osvalir Antunes da Silva  
Secretário

**Pela Comissão de O.F.C.**

  
Osvalir Antunes da Silva  
Presidente

  
Francisco Ferreira da Silva  
Vice-Presidente

  
Maria Izabel Aparecida Parolim  
Secretária

# A Ordem do Dia

15/08/2016

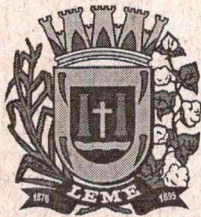
PRESIDENTE

PROJETO DE LEI Nº 46/16, aprovado por unanimidade em 1ª e 2ª votação.

Em 15 de agosto de 2016.

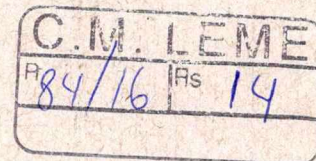
GILSON HENRIQUE LANT

Presidente



**CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE LEME**  
ESTADO DE SÃO PAULO  
**REDAÇÃO FINAL**

**Projeto de Lei nº 46/2016**



**“Autoriza o Poder Executivo a abrir crédito adicional especial e dá outras providências”**

**Artigo 1º** - Fica o Poder Executivo autorizado a abrir crédito adicional especial no valor de R\$ 75.000,00 (setenta e cinco mil reais), nas seguintes dotações orçamentárias:

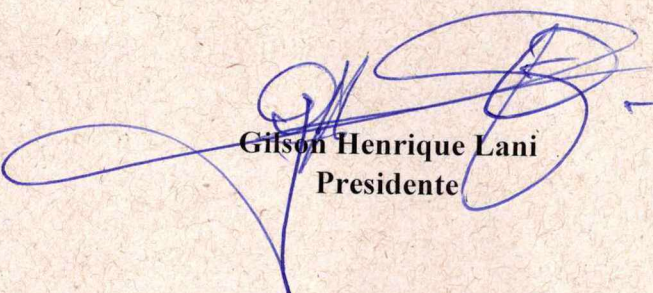
UG	Fonte de Recurso	Código de Aplicação	Funcional Programática	Código Reduzido	Valor
0	1	100.0052	02.10.01-264510002.2.160000-3.3.90.30	6214	R\$ 34.000,00
0	1	100.0052	02.10.01-264510002.2.160000-3.3.90.36	6215	R\$ 1.000,00
0	1	100.0052	02.10.01-264510002.2.160000-3.3.90.39	6216	R\$ 30.000,00
0	1	100.0052	02.10.01-264510002.2.160000-4.4.90.52	6217	R\$ 10.000,00
Total Art. 43, § 1º, II - L.4.320/64					R\$ 75.000,00
<b>TOTAL</b>					<b>R\$ 75.000,00</b>

**§ 1º** - O crédito aberto no Artigo 1º, no valor de R\$ 75.000,00 (setenta e cinco mil reais), correrá por conta de **excesso de arrecadação**, conforme previsto no Artigo 43, § 1º, II, da Lei Federal nº 4.320/64.

**Artigo 2º** – As alterações serão consideradas nos anexos do Plano Plurianual 2014/2017, Lei de Diretrizes Orçamentárias e na Lei Orçamentária de 2016.

**Artigo 3º** - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Leme, 15 de agosto de 2016.

  
**Gilson Henrique Lani**  
Presidente